INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Celebram este “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.” (“**Escritura de Emissão**”):

1. como emissora e ofertante das Debêntures (conforme definido abaixo):
2. **CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, com registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM (conforme definido abaixo) sob o n.º 22683, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, n.º 38, sala 1.201, setor 2, Centro, CEP 20.021-290, inscrita no CNPJ/ME (conforme definido abaixo) sob n.º 05.336.882/0001-84, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA (conforme definido abaixo) sob o NIRE 333002737-78, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“**Companhia**”); e
3. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos Debenturistas (conforme definido abaixo):
4. **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 3.434, bloco 7, 2º andar, sala 201, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 36.113.876/0001‑91, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“**Agente Fiduciário**”).

as pessoas acima qualificadas, em conjunto, “**Partes**”, quando referidas coletivamente, e “**Parte**”, quando referidas individualmente;

de acordo com os seguintes termos e condições:

1. Definições
   1. São considerados termos definidos, para os fins desta Escritura de Emissão, no singular ou no plural, os termos a seguir, sendo que termos iniciados por letra maiúscula utilizados nesta Escritura de Emissão que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos demais Documentos das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo).

“Acionista” significa Celeo Redes Expansões S.A.,sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, n.º 38, sala 1.201, setor 2, Centro, CEP 20.021-290, inscrita no CNPJ/ME sob n.º 32.063.222/0001-40, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJAsob o NIRE 33.3.0032869-6.

“AFACs” tem o significado previsto na Cláusula 9.1.2 abaixo, inciso (vii), abaixo.

“AGE da Companhia” tem o significado previsto na Cláusula 2.1, inciso (i), abaixo.

“AGE da Acionista” tem o significado previsto na Cláusula 2.1, inciso (ii), abaixo.

“Agente Fiduciário” tem o significado previsto no preâmbulo.

“Alienação Fiduciária” tem o significado previsto na Cláusula 7.23, inciso (i), abaixo.

“ANBIMA” significa ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

“ANEEL” significa a Agência Nacional de Energia Elétrica.

“Aprovações Societárias” tem o significado previsto na Cláusula 2.1, inciso (ii) abaixo.

“Assembleia Geral de Debenturistas” tem o significado previsto na Cláusula 12.1 abaixo.

“Atualização Monetária” tem o significado previsto na Cláusula 7.11 abaixo, inciso (i), abaixo.

“Auditor Independente” significa auditor independente registrado na CVM, dentre Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernst & Young Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes e PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

“B3” significa B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ou B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3, conforme aplicável.

“Banco Depositário” tem o significado previsto na Cláusula 7.23, inciso (ii), abaixo.

“Agente de Liquidação” significa Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 3.434, bloco 7, 2º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 36.113.876/0001‑91.

“Cessão Fiduciária” tem o significado previsto na Cláusula 7.23, inciso (ii), abaixo.

“CETIP21” significa CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3.

“CNPJ/ME” significa Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.

“Código Civil” significa a Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.

“Código de Processo Civil” significa a Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada.

“COFINS” significa Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

“Coligada” significa, com relação a qualquer pessoa, qualquer sociedade coligada a tal pessoa, conforme definido no artigo 243, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

“Companhia” tem o significado previsto no preâmbulo.

“Comunicação de Encerramento” tem o significado previsto na Cláusula 3.1, inciso (vi), abaixo.

“Concessão” significa a concessão pública objeto do Contrato de Concessão.

“Conta Reserva” tem o significado previsto na Cláusula 7.23, inciso (ii), abaixo.

“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações” significa o “Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Acionista, o Agente Fiduciário e a Companhia, e seus aditamentos.

“Contrato de Cessão Fiduciária” significa o “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, de Conta Reserva e de Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário e o Banco Depositário, e seus aditamentos.

“Contrato de Concessão” significa o “Contrato de Concessão n.º 84/2002-ANEEL”, celebrado em 20 de dezembro de 2002, entre a Companhia e o Poder Concedente, conforme aditado de tempos em tempos.

“Contrato de Distribuição” significa o “Contrato de Coordenação, Estruturação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garanta Real, em Série Única, da 2ª (Segunda) Emissão da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.”, entre a Companhia e o Coordenador Líder, e seus aditamentos.

“Contratos de Garantia” tem o significado previsto na Cláusula 7.23, inciso (ii), abaixo.

“Contratos do Projeto” significam os contratos referentes ao Projeto listados no Anexo I a esta Escritura de Emissão.

“Controlada” significa, com relação a qualquer pessoa, qualquer sociedade controlada (conforme definição de Controle), direta ou indiretamente, por tal pessoa.

“Controladora” significa, com relação a qualquer pessoa, qualquer controladora (conforme definição de Controle), direta ou indireta, de tal pessoa.

“Controle” significa o controle, direto ou indireto, de qualquer sociedade, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

“Coordenador Líder” significa a instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários contratada para coordenar e intermediar a Oferta, sendo a instituição líder da distribuição.

“CVM” significa Comissão de Valores Mobiliários.

“Data de Emissão” tem o significado previsto na Cláusula 7.1 abaixo.

“Data de Integralização” tem o significado previsto na Cláusula 7.9 abaixo.

“Data de Vencimento” tem o significado previsto na Cláusula 7.6 abaixo.

“Debêntures” significam as debêntures objeto desta Escritura de Emissão.

“Debêntures em Circulação” significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer Controladora, a qualquer Controlada e/ou a qualquer Coligada da Companhia; ou (iii) a qualquer administrador, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

“Debenturistas” significam os titulares das Debentures.

“Demonstrações Financeiras da Companhia” tem o significado previsto na Cláusula 10.1 abaixo, inciso (i), abaixo.

“Dia Útil” significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

“Documentos das Obrigações Garantidas” significam, em conjunto, esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia e os demais documentos e/ou aditamentos relacionados aos instrumentos referidos acima.

“DOERJ” significa Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

“Efeito Adverso Relevante” significa (i) qualquer efeito adverso relevante na situação financeira, nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Companhia que possam afetar a capacidade da Companhia de cumprir com qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas; e (ii) quaisquer eventos que possam afetar de modo adverso e relevante a validade, eficácia ou exequibilidade desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas.

“Emissão” significa a emissão das Debêntures, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

“Encargos Moratórios” tem o significado previsto na Cláusula 7.16 abaixo.

“Endividamento Permitido” significa qualquer dívida que venha a ser assumida pela Companhia destinada a investimentos em reforços exigidos e autorizados pela ANEEL, conforme aplicável, desde que possua RAP adicional já esteja definida e homologada pela ANEEL mediante expedição de ato oficial, até o limite de R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, desde que tal dívida tenha prazo médio inferior ao das Debêntures.

“Escritura de Emissão” tem o significado previsto no preâmbulo.

“Escriturador” significa Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 3.434, bloco 7, 2º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 36.113.876/0001‑91.

“Evento de Inadimplemento” tem o significado previsto na Cláusula 9.1 abaixo.

“Garantia Firme” tem o significado previsto na Cláusula 6.4 abaixo.

“Garantias” significam, em conjunto, a Alienação Fiduciária e a Cessão Fiduciária.

“ICSD” significa Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, calculado com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia, pela divisão da Geração de Caixa da Atividade (conforme descrito abaixo) pelo Serviço da Dívida (conforme descrito abaixo), devendo referido Auditor Independente emitir notas explicativas contemplando relatório de apuração do ICSD, conforme a seguinte metodologia de cálculo:

(A) Geração de Caixa da Atividade

|  |  |
| --- | --- |
| (+) | LAJIDA (EBITDA); |
| (-) | Pagamento de Imposto de Renda |
| (-) | Pagamento de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido. |

(B) Serviço da Dívida

|  |  |
| --- | --- |
| (+) | Amortização de Principal; |
| (+) | Pagamento de Juros. |

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = (A) / (B)

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

|  |  |
| --- | --- |
| (+/-) | Lucro/Prejuízo Antes do Imposto de Renda; |
| (+/-) | Resultado Financeiro Líquido Negativo/Positivo; |
| (+/-) | Resultado com Equivalência Patrimonial Negativo/Positivo; |
| (+) | Depreciações e Amortizações; |
| (+/-) | Perdas (Desvalorização) por *Impairment*/Reversões de Perdas Anteriores; |
| (+/-) | Resultado com Operações Descontinuadas Negativo/Positivo; |
| (-) | Outras Receitas Operacionais; (1) |
| (+) | PIS e COFINS Diferidos por Conta da Aplicação do ICPC 01; (2) |
| (-) | Margem de Construção (Receita de Construção - Custo de Construção); (3) |
| (-) | Receita com Ativo Financeiro da Concessão; (4) |
| (-) | Receita para a Cobertura dos Gastos com Operação e Manutenção; (4) |
| (+) | Receita Anual Permitida no Exercício (neste montante deve estar considerada a respectiva parcela do PIS e da COFINS bem como as demais deduções da Receita Operacional Bruta atinentes às atividades de transmissão); (4) |
| (+/-) | Outros Ajustes IFRS. (5) |

(1) Outras receitas operacionais, tais como lucro na alienação de imobilizado, investimentos ou intangível, a título meramente exemplificativo.

(2) O valor referente ao pagamento, dentro do exercício apurado, de PIS e COFINS diferidos em exercícios anteriores deverá ser diminuído da conta do LAJIDA (EBITDA).

(3) Eliminar o efeito positivo da margem de construção (ICPC 01/IFRIC 12).

(4) Deverá ser desconsiderado qualquer resultado positivo na Demonstração de Resultado do Exercício cuja contrapartida seja o Ativo Financeiro da Concessão (ICPC 01/IFRIC 12) e Receita para a Cobertura dos Gastos com Operação e Manutenção (ICPC 01/IFRIC 12) que não representam efetiva demanda de caixa operacional ou que ultrapassem os valores efetivamente recebidos através da Receita Anual Permitida.

(5) Os “Outros Ajustes IFRS” consistem na adição de eventuais despesas que não impliquem efetiva saída de caixa operacional, bem como na subtração de eventuais receitas que não impliquem efetiva entrada de caixa operacional.

“Instrução CVM 358” significa Instrução da CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.

“Instrução CVM 476” significa Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

“Investidores Profissionais” tem o significado previsto nos artigos 11 e 13 da Resolução CVM 30.

“IPCA” significa Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

“Jornais de Publicação” tem o significado previsto na Cláusula 3.1, inciso (i), abaixo.

“JUCERJA” significa Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

“Legislação Anticorrupção” significam as disposições legais e regulamentares relacionadas à prática de corrupção e atos lesivos à administração pública e ao patrimônio público, incluindo a Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, o Decreto n.º 8.420, de 18 de março de 2015, conforme alterado, a Lei n.º 8.429/1992, conforme alterada, a Lei n.º 9.613, de 03 de março de 1998, conforme alterada, e, conforme aplicável, o *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of* *1977* e o *U.K. Bribery Act,* conforme aplicável.

“Legislação Socioambiental” significam as normas e leis trabalhistas relevantes, à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente (inclusive aquela pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente e Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e demais legislações e regulamentações ambientais supletivas aplicáveis), inclusive no que se refere ao não incentivo de prostituição e à não utilização de trabalho infantil e/ou análogo ao escravo.

“Lei 14.030” significa a Lei n.º 14.030, de 28 de julho de 2020.

“Lei das Sociedades por Ações” significa Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

“Lei do Mercado de Capitais” significa Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

“MDA” significa MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3.

“MME” significa Ministério de Minas e Energia.

“Obrigações Garantidas” significam (i) as obrigações relativas ao pontual e integral pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Remuneração, de prêmio de pagamento antecipado, dos Encargos Moratórios e dos demais encargos, relativos às Debêntures, a esta Escritura de Emissão e aos demais Documentos das Obrigações Garantidas, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento ou em decorrência de resgate antecipado das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão; (ii) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas pela Companhia nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, incluindo obrigações de pagar honorários, as remunerações do Agente Fiduciário, do Agente de Liquidação, do Escriturador, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações; e (iii) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário venham a desembolsar nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e/ou em decorrência da constituição, manutenção, realização, consolidação e/ou execução de qualquer das Garantias.

“Oferta” significa a oferta pública de distribuição com esforços restritos das Debêntures, nos termos da Lei do Mercado de Capitais, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

“Oferta Facultativa de Resgate Antecipado” tem o significado previsto na Cláusula 8.3 abaixo.

“ONS” significa o Operador Nacional do Sistema Elétrico.

“Ônus” significa hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima.

“Parte” tem o significado previsto no preâmbulo.

“Período de Capitalização” tem o significado previsto na Cláusula 7.11.88, abaixo.

“PIS” significa Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS.

“Poder Concedente” significa a União, por intermédio da ANEEL.

“Preço de Integralização” tem o significado previsto na Cláusula 7.9 abaixo.

“Primeira Data de Integralização” tem o significado previsto na Cláusula 7.9 abaixo.

“Procedimento de *Bookbuilding*” tem o significado previsto na Cláusula 6.6 abaixo.

“Projeto” significa a construção, operação e manutenção da linha de transmissão Tijuco Preto/Cachoeira Paulista – 500kV, circuito simples, com extensão aproximada de 181km, com origem na Subestação Tijuco Preto e término da Subestação Cachoeira Paulista, ambas no estado de São Paulo, as respectivas entradas de linhas e demais instalações, necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, caracterizada no Anexo 7E, do Edital de Leilão n.º 02/2002 – ANEEL, características e requisitos técnicos básicos das instalações de transmissão – Lote E, que consta do Processo n.º 48500.01296/02-71.

“Remuneração” tem o significado previsto na Cláusula 7.11 abaixo, abaixo.

“Reorganização Intragrupo” tem o significado previsto na Cláusula 9.1.2 abaixo, inciso (iii), alínea (b), abaixo.

“Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures” tem o significado previsto na Cláusula 8.1 abaixo.

“Resolução CVM 17” significa Resolução da CVM n.º 17, de 9 de fevereiro de 2021.

“Resolução CVM 30” significa a Resolução da CVM n.º 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada.

“Taxa DI-Over” tem o significado previsto na Cláusula 7.11 abaixo abaixo.

“Valor do Resgate Antecipado Facultativo” tem o significado previsto na Cláusula 8.1.3 abaixo.

“Valor Nominal Unitário” tem o significado previsto na Cláusula 7.7 abaixo.

1. AUTORIZAÇÕES
   1. A Emissão, a Oferta, a outorga das Garantias e a celebração desta Escritura de Emissão, dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e do Contrato de Distribuição serão realizadas com base nas deliberações:
2. da assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 22 de junho de 2021 (“**AGE da Companhia**”); e
3. da assembleia geral extraordinária de acionistas da Acionista realizada em 22 de junho de 2021 (“**AGE da Acionista**” e, em conjunto com a AGE da Companhia, as “**Aprovações Societárias**”).
   1. Por meio das Aprovações Societárias, a Emissora e a Acionista, conforme aplicável, também foram autorizadas a: (i) praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas nas Aprovações Societárias, conforme aplicável, incluindo a celebração de todos os documentos indispensáveis à concretização da Emissão e da Oferta; e (ii) formalizar e efetivar a contratação do Coordenador Líder (conforme abaixo definido), do Agente Fiduciário e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como Escriturador (conforme abaixo definido), Agente de Liquidação, a B3, dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos.
4. REQUISITOS
   1. A Emissão, a Oferta, a outorga das Garantias e a celebração desta Escritura de Emissão, dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e do Contrato de Distribuição serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:
5. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários*. Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações (“**Jornais de Publicação**”):
6. a AGE da Companhia realizada em 22 de junho de 2021 foi arquivada na JUCERJA em 02 de julho de 2021, sob o nº 00004096565 e publicada no DOERJ e no jornal “Valor Econômico” em 29 de junho de 2021; e
7. a AGE da Acionista realizada em 22 de junho de 2021 foi arquivada na JUCERJA em 29 de junho de 2021, sob o nº 00004094068 e publicada no DOERJ e no jornal “Monitor Mercantil” em 29 de junho de 2021.
8. *inscrição e registro desta Escritura de Emissão e seus aditamentos*. Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e observado o disposto no artigo 6º da Lei 14.030, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão inscritos na JUCERJA, observado o disposto na Cláusula 10.1 abaixo abaixo, inciso (ii), nas alíneas (h) e (i), sendo certo que o Agente Fiduciário poderá, nos termos do artigo 62, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, promover os protocolos acima previstos, devendo a Emissora arcar com todos os respectivos custos e despesas dos respectivos registros;
9. *constituição das Garantias e registro nos cartórios competentes*. Nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, observado o disposto na Cláusula 7.23 abaixo, (a) a Cessão Fiduciária será formalizada por meio do Contrato de Cessão Fiduciária e (b) a Alienação Fiduciária será formalizada por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, nos termos ali previstos, os quais serão levados a registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme aplicável e indicado nos respectivos instrumentos, sendo certo que os registros de que trata este item serão realizados no prazo determinado nos respectivos instrumentos, observado o disposto na Cláusula 10.1 abaixo, inciso (ii), na alínea (k);
10. *depósito para distribuição*. As Debêntures serão depositadas para distribuição no mercado primário por meio do MDA, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3;
11. *depósito para negociação*. Observado o disposto na Cláusula 6.5 abaixo, as Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3;
12. *registro da Oferta pela CVM*. A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476 e artigo 19 da Lei do Mercado de Capitais, por se tratar de oferta pública de distribuição de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição, não sendo objeto de protocolo, registro e arquivamento perante a CVM, exceto pelo envio da comunicação sobre o início da Oferta e a comunicação de seu encerramento à CVM, nos termos dos artigos 7º-A e 8º respectivamente, da Instrução CVM 476 (“**Comunicação de Encerramento**”); e
13. *registro da Oferta pela ANBIMA*. A Oferta será objeto de registro pela ANBIMA, no prazo de até 15 (quinze) dias contados do envio da Comunicação de Encerramento, nos termos do inciso II do artigo 16 e do inciso V do artigo 18 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários”, em vigor desde 3 de junho de 2019. Esta Escritura de Emissão foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, em vigor desde 23 de fevereiro de 2021, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.
14. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA
    1. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, fiscalização e coordenação na execução da implantação e operação da linha de transmissão de energia elétrica, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, seguindo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.
15. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS
    1. Os recursos obtidos pela Companhia com a Emissão serão utilizados para **(i)** a realização de investimentos, refinanciamentos e distribuição de recursos à Acionista, bem como para **(ii)** o capital de giro da Companhia.
    2. No prazo de até 30 (trinta) dias contado da solicitação pelo Agente Fiduciário, até a data em que a Companhia comprove a aplicação da totalidade dos recursos obtidos em decorrência das Debêntures ou até a Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, a Companhia deverá enviar ao Agente Fiduciário (i) declaração, assinada por representante legal com poderes para tanto nos termos do seu estatuto social, atestando que os recursos oriundos da Emissão foram aplicados na forma prevista na Cláusula 5.1 acima; (ii) os documentos comprobatórios da utilização dos recursos oriundos da Emissão na forma prevista na Cláusula 5.1 acima; e (iii) caso também seja solicitado pelo Agente Fiduciário, a seu exclusivo critério ou se assim exigido pelos Debenturistas, quaisquer informações adicionais para fins da comprovação da destinação dos recursos. Não obstante o disposto acima, a Companhia deverá encaminhar ao Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) Dias Úteis contados da Primeira Data de Integralização, declaração atestando a utilização dos recursos oriundos desta Emissão nos termos da Cláusula 5.1 acima.
16. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO
    1. *Número da Emissão*. As Debêntures representam a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Companhia.
    2. *Valor Total da Emissão*. O valor total da Emissão será de R$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão.
    3. *Séries*. A Emissão será realizada em uma única série.
    4. *Colocação*. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Lei do Mercado de Capitais, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do Contrato de Distribuição, com a intermediação do Coordenador Líder, sob o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures (“**Garantia Firme**”), tendo como público-alvo Investidores Profissionais.
    5. *Negociação*. As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelo Investidor Profissional, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, exceto pelo lote de Debêntures objeto da Garantia Firme indicado no momento da subscrição, se houver, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476, observado, ainda, o cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476. Nos termos do artigo 15 da Instrução CVM 476, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 12 da Resolução CVM 30.
    6. *Coleta de Intenções de Investimento*. Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelo Coordenador Líder, sem recebimento de reservas dos Investidores Profissionais, sem lotes mínimos ou máximos, para a verificação da demanda pelas Debêntures, em diferentes níveis de taxas de juros, para definir, junto à Companhia, observado o disposto no artigo 3º da Instrução CVM 476, a Remuneração, observado, ainda, o limite previsto na Cláusula 7.11 abaixo (“**Procedimento de *Bookbuilding***”).
       1. O resultado do Procedimento de Bookbuilding será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, a ser celebrado anteriormente à Primeira Data de Integralização, substancialmente nos termos do Anexo II, sem a necessidade de qualquer deliberação societária adicional da Companhia, ou Assembleia Geral de Debenturistas.
17. CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS DEBÊNTURES
    1. *Data de Emissão*. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de julho de 2021 (“**Data de Emissão**”).
    2. *Data de Início da Rentabilidade*. Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Primeira Data de Integralização.
    3. *Forma e Comprovação de Titularidade*. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será comprovada pelo extrato expedido pela B3 em nome do Debenturista.
    4. *Conversibilidade*. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis e não permutáveis em ações de emissão da Companhia.
    5. *Espécie*. As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.
    6. *Prazo e Data de Vencimento*. Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado total das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 120 (cento e vinte) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2031 (“**Data de Vencimento**”).
    7. *Valor Nominal Unitário*. As Debêntures terão valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (“**Valor Nominal Unitário**”).
    8. *Quantidade de Debêntures a serem emitidas*. Serão emitidas 250.000 (duzentas e cinquenta mil) Debêntures.
    9. *Prazo de Subscrição e Forma de Integralização*. Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 3 acima, as Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição (“**Data de Integralização**”), pelo Valor Nominal Unitário, na 1ª (primeira) Data de Integralização (“**Primeira Data de Integralização**”), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture venha ser integralizada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização até a respectiva Data de Integralização, podendo, ainda, em qualquer Data de Integralização, serem subscritas com deságio, sendo certo que, caso aplicável, o deságio será o mesmo para todas as Debêntures subscritas e integralizadas em uma mesma Data de Integralização (“**Preço de Integralização**”).
    10. *Atualização Monetária*. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.
    11. *Remuneração*. Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias de DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “*over extra grupo*”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 (“**Taxa DI-Over**”), acrescida de *spread* (sobretaxa) a ser definido de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, limitado a 2,00% (dois por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“**Remuneração**”).
        1. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures), desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data de pagamento da Remuneração em questão, data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme abaixo definido) ou na data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido). A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

J = VNe x (FatorJuros - 1)

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida ao final do Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

Fator de Juros = (FatorDI x FatorSpread)

onde:

FatorDI = produtório da Taxa DI-Over, com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



onde:

nDI= número total de Taxas DI-Over, consideradas na atualização do ativo, sendo “nDI” um número inteiro;

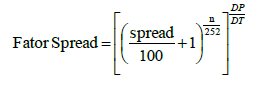
TDIk = Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:



onde:

DIk = Taxa DI-Over, divulgada pela B3, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



onde:

spread = a ser calculado de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, limitado a 2,0000;

n = o número de dias úteis entre a data do próximo Período de Capitalização e a data do Período de Capitalização anterior, sendo “n” um número inteiro;

DT = número de dias úteis entre a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a próxima data de pagamento da Remuneração, sendo “DT” um número inteiro;

DP = número de dias úteis entre a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

* + 1. Efetua-se o produtório dos fatores diários (1+TDIk), sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
    2. Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
    3. O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.
    4. A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.
    5. Observado o disposto na Cláusula abaixo, se, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures, não houver divulgação da Taxa DI-Over, será aplicada a última Taxa DI-Over disponível até o momento para cálculo da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações, multas ou penalidades, entre a Companhia e o titular das Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over que seria aplicável.
    6. Caso a Taxa DI-Over deixe de ser divulgada por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI-Over para cálculo da Remuneração, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do final do prazo de 30 (trinta) dias acima mencionado ou do evento de extinção ou inaplicabilidade, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, conforme definidos na Cláusula 12 abaixo, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Companhia, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar, da melhor forma possível, o valor real e os mesmos níveis da Remuneração. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Companhia e os Debenturistas representando, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das Debêntures em Circulação em 1ª (primeira) ou 2ª (segunda) convocação, a Companhia deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em prazo superior que venha a ser definido em comum acordo em referida assembleia, pelo seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Primeira Data de Integralização. As Debêntures resgatadas nos termos deste item serão canceladas pela Companhia. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem resgatadas, para cada dia do período de ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente.
    7. O período de capitalização da remuneração (“**Período de Capitalização**”) é, para o 1º (primeiro) Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Primeira Data de Integralização (inclusive), e termina na 1ª (primeira) data de pagamento da Remuneração (exclusive) e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, e termina na data de pagamento da Remuneração subsequente (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento, o resgate da totalidade das Debêntures ou o vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso.
  1. *Pagamento da Remuneração*. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente, no dia 15 dos meses de julho e janeiro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2022 e o último, na Data de Vencimento.
  2. *Amortização do Valor Nominal Unitário*. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado semestralmente, no dia 15 dos meses de julho e janeiro de cada ano, ocorrendo o 1° (primeiro) pagamento em 15 de janeiro de 2022 e o último, na Data de Vencimento, de acordo com o cronograma de pagamento abaixo:

| **Data de Amortização** | **Percentual de Amortização** | **Percentual do saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado** |
| --- | --- | --- |
| 15 de janeiro de 2022 | 2.7745% | 2.7745% |
| 15 de julho de 2022 | 2.7039% | 2.7811% |
| 15 de janeiro de 2023 | 3.3227% | 3.5153% |
| 15 de julho de 2023 | 3.4369% | 3.7686% |
| 15 de janeiro de 2024 | 3.7818% | 4.3091% |
| 15 de julho de 2024 | 3.6946% | 4.3994% |
| 15 de janeiro de 2025 | 3.9767% | 4.9531% |
| 15 de julho de 2025 | 4.2026% | 5.5074% |
| 15 de janeiro de 2026 | 4.4084% | 6.1138% |
| 15 de julho de 2026 | 4.9881% | 7.3682% |
| 15 de janeiro de 2027 | 5.2824% | 8.4236% |
| 15 de julho de 2027 | 4.8472% | 8.4406% |
| 15 de janeiro de 2028 | 5.2256% | 9.9384% |
| 15 de julho de 2028 | 5.5415% | 11.7022% |
| 15 de janeiro de 2029 | 5.9970% | 14.3424% |
| 15 de julho de 2029 | 6.2956% | 17.5777% |
| 15 de janeiro de 2030 | 6.7957% | 23.0202% |
| 15 de julho de 2030 | 7.1215% | 31.3382% |
| 15 de janeiro de 2031 | 7.6580% | 49.0799% |
| Data de Vencimento | 7.9452% | 100,0000% |

* 1. *Local de Pagamento*. Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, serão realizados pela Companhia, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de pagamento antecipado e aos Encargos Moratórios, (i) com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; e (ii) com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio do Escriturador ou, com relação aos pagamentos que não possam ser realizados por meio do Escriturador, na sede da Companhia, conforme o caso.
  2. *Prorrogação dos Prazos*. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.
  3. *Encargos Moratórios*. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória não compensatória de 2% (dois por cento) (“**Encargos Moratórios**”).
  4. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
  5. *Repactuação Programada*. Não haverá repactuação programada das Debêntures.
  6. *Publicidade*. Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, nos Jornais de Publicação, bem como divulgados na página da Companhia na rede mundial de computadores – Internet (celeoredesbrasil.com.br), sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta e os prazos legais, devendo a Companhia comunicar o Agente Fiduciário e a B3 a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.
  7. *Direito ao Recebimento dos Pagamentos*. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
  8. *Imunidade Tributária*. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Agente de Liquidação e à Companhia, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Companhia fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.
     1. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 7.21 acima, e que tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, ou ainda, que tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas nesta Cláusula, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Agente de Liquidação e ao Escriturador, com cópia para a Companhia, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Agente de Liquidação e pelo Escriturador ou pela Companhia, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis do seu conhecimento, e sempre, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de qualquer pagamento a ser realizado pela Companhia.
  9. *Classificação de Risco.* Foi contratada, como agência de classificação de risco da Oferta, a Standard & Poor’s Ratings do Brasil Ltda. (“**Agência(s) de Classificação de Risco**”), que atribuirá rating às Debêntures.
  10. *Garantias*. Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Companhia nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, das Obrigações Garantidas, serão constituídas, em favor dos Debenturistas:

1. alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, detidas pela Acionista, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores que de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela Companhia, bem como quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à Acionista, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações oneradas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Companhia e de titularidade da Acionista, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia (“**Alienação Fiduciária**”), nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e
2. cessão fiduciária (a) de todos os direitos creditórios, atuais e futuros, detidos e a serem detidos pela Companhia, emergentes dos Contratos do Projeto; e (b) de todos os direitos creditórios emergentes da conta corrente indicada no Contrato de Cessão Fiduciária, na qual deverá conter o montante equivalente ao necessário para o pagamento da próxima parcela do serviço da dívida das Debêntures (“**Banco Depositário**” e “**Conta Reserva**”, respectivamente), inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, bem como todos os seus respectivos frutos e rendimentos, incluindo os Investimentos Permitidos (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), observados os artigos 28 e 28-A da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre as despesas essenciais à continuidade da prestação de serviço objeto da Concessão, conforme detalhado no Contrato de Cessão Fiduciária (“**Cessão Fiduciária**”, e em conjunto com a Alienação Fiduciária, as “**Garantias**”), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária, os “**Contratos de Garantia**”).
3. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA
   1. *Resgate Antecipado Facultativo*. A Companhia poderá, a partir de 15 de julho de 2025 (inclusive), optar por realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures (“**Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures**”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e (c) de prêmio equivalente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total e a Data de Vencimento das Debêntures (“**Valor do Resgate Antecipado Facultativo**”), conforme fórmula abaixo:

**PUprêmio = Prêmio \* (Prazo Remanescente/252) \* PUdebênture**

Onde:

PUdebênture = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido de prêmio ao ano incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração;

Prêmio = 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano

Prazo Remanescente = quantidade de Dias Úteis, contados da Data do Resgate Antecipado Facultativo até a Data de Vencimento.

* + 1. Caso a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total coincida com uma data de amortização e/ou pagamento da Remuneração, o prêmio previsto no item (c) da Cláusula 8.1 acima deverá ser calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário após o referido pagamento.
    2. O Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures observará o quanto segue:

1. a Companhia informará aos Debenturistas acerca da realização do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures por meio de comunicação individual aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, à B3 e à ANBIMA, ou por meio de publicação de anúncio aos Debenturistas, na forma prevista nesta Escritura de Emissão, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data definida para a realização do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, a qual conterá informações sobre: (a) a data do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, que deverá ser uma das datas previstas na Cláusula 7.13 acima, observado, contudo, que a data do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures deverá obrigatoriamente ser um Dia Útil; (b) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo, conforme definido abaixo; e (c) demais informações eventualmente necessárias;
2. a B3 deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Companhia, com cópia ao Agente Fiduciário e à ANBIMA, com 3 (três) Dias Úteis de antecedência, da realização do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, na mesma data em que o Debenturista for notificado;
3. na data de realização do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, a Companhia deverá proceder à liquidação do resgate antecipado;
4. no caso das Debêntures custodiadas eletronicamente na B3, o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures seguirá os procedimentos de liquidação adotados pela B3; e
5. no caso das Debêntures não custodiadas eletronicamente na B3, o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures se dará mediante depósito a ser realizado pelo Agente de Liquidação nas contas correntes indicadas pelos Debenturistas, observados os procedimentos adotados pelo Escriturador.
   * 1. As Debêntures resgatadas pela Companhia, conforme previsto nesta Cláusula, serão obrigatoriamente canceladas.
     2. Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures.
   1. *Amortização Extraordinária Facultativa*. A Companhia não poderá, voluntariamente, realizar a amortização extraordinária de qualquer das Debêntures.
   2. *Oferta Facultativa de Resgate Antecipado*. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar oferta facultativa de resgate antecipado da totalidade das Debêntures (sendo vedada a oferta facultativa de resgate antecipado parcial), com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo (“**Oferta Facultativa de Resgate Antecipado**”):
6. a Companhia realizará a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado por meio de comunicação individual aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário ou publicação de anúncio nos termos da Cláusula 7.19 abaixo (“**Comunicação de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado**”), com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo (a) o valor do prêmio de resgate, caso exista, que não poderá ser negativo; (b) a forma e o prazo de manifestação, à Companhia, com cópia ao Agente Fiduciário, pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; (c) a data efetiva para o resgate e o pagamento das Debêntures, que será em Dia Útil; e (d) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;
7. após a publicação dos termos da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar à Companhia no prazo e forma dispostos na Comunicação de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, observado que a Companhia somente poderá resgatar antecipadamente a quantidade de Debêntures que tenha sido indicada por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado;
8. a Companhia poderá condicionar a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debêntures, a ser por ela definido quando da realização da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, sendo tal percentual estipulado na Comunicação de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado;
9. a Companhia deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a realização ou não do resgate antecipado, conforme os critérios estabelecidos na Comunicação de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (b) com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data do resgate antecipado, comunicar ao Escriturador, ao Agente de Liquidação, à B3 e à ANBIMA, com o de acordo do Agente Fiduciário, a respectiva data do resgate antecipado;
10. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado corresponderá, cumulativamente, (a) ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, que não poderá ser negativo;
11. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será realizado nos termos da Cláusula 7.14 acima; e
12. o resgate antecipado, com relação às Debêntures que (a) estejam custodiadas eletronicamente na B3, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da B3; e (b) não estejam custodiadas eletronicamente na B3, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador.
    1. *Aquisição Facultativa*. A Companhia poderá adquirir Debêntures, desde que, conforme aplicável, observem o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e na regulamentação aplicável da CVM, incluindo os termos da Instrução da CVM n.º 620, de 17 de março de 2020, conforme alterada, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures.
13. VENCIMENTO ANTECIPADO
    1. *Vencimento Antecipado*. Sujeito ao disposto nas Cláusulas 9.1.1 a 9.1.7 abaixo, o Agente Fiduciário deverá considerar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas Cláusulas 9.1.1 abaixo e 9.1.2 abaixo (cada evento, um “**Evento de Inadimplemento**”).
       1. Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula 9.1.3 abaixo:
14. inadimplemento, pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
15. liquidação, dissolução ou extinção da Companhia;
16. (a) decretação de falência da Companhia; (b) pedido de autofalência formulado pela Companhia; (c) pedido de falência da Companhia, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (d) apresentação, pela Companhia, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido solicitada ou obtida a aprovação judicial do referido plano; ou (e) pedido de recuperação judicial pela Companhia, independentemente de a recuperação ter sido aceita ou concedida pelo juízo competente;
17. transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
18. extinção definitiva ou transferência (total ou parcial) da Concessão ou encampação, caducidade, rescisão, anulação ou intervenção, pelo Poder Concedente, da Concessão;
19. vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia, com terceiros em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas; ou
20. invalidade, nulidade, inexequibilidade, rescisão ou ineficácia total desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas.
    * 1. Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento antecipado não automático das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 9.1.4 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:
21. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data (a) da notificação ao Agente Fiduciário neste sentido; ou (b) em que a Companhia tomar ciência do inadimplemento da obrigação, o que ocorrer primeiro, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica para qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento;
22. inadimplemento, pela Companhia, não sanado no prazo de cura previsto no respectivo contrato, ou, em sua falta, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento, de qualquer dívida financeira com terceiros em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$14.000.000,00 (catorze milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas;
23. cisão, fusão, incorporação (no qual a Companhia seja a incorporada) ou incorporação de ações da Companhia, ou qualquer forma de reestruturação ou reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto se:
24. previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou
25. a respectiva reestruturação societária for realizada entre sociedades do mesmo grupo econômico da Companhia e desde que a Companhia permaneça sob o Controle final, direto ou indireto, (i) da Elecnor S.A. e/ou (ii) de qualquer entidade ou fundo gerido (*managed*) pela APG Asset Management N.V. ou de sociedade controlada por entidade ou fundo gerido (*managed*) pela APG Asset Management N.V. (“**Reorganização Intragrupo**”);
26. cessão ou qualquer forma de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, conforme aplicável;
27. realização de resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia, bem como distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão, caso (a) a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas; (b) tenha ocorrido e esteja vigente qualquer Evento de Inadimplemento; e/ou (c) não tenha sido observado ICSD igual ou superior a 1,20x (um inteiro e vinte centésimos) com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício imediatamente anterior.
28. redução de capital social da Companhia, exceto:
29. se resultar em um capital social em valor igual ou superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e os recursos decorrentes de referida redução de capital social tenham como finalidade única o pagamento das debentures emitidas pela Acionista, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Celeo Redes Expansões S.A.”;
30. se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou
31. para a absorção de prejuízos;
32. celebração de contratos de mútuo pela Companhia, com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas integrantes do grupo econômico a que pertença a Companhia, incluindo administradores, ressalvados (a) os contratos de mútuo celebrados ou a serem celebrados entre a Companhia, na qualidade de mutuária, e a Acionista, na qualidade de mutuante, bem como adiantamentos para futuro aumento de capital (“**AFACs**”) com seus acionistas, diretos ou indiretos, sendo que o pagamento de quaisquer valores decorrentes dos mútuos (incluindo principal, juros e encargos) ou o reembolso dos AFACs deverão ser subordinados à integral quitação de todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, e (b) os mútuos sem remuneração e/ou AFACs celebrados ou realizados até a Primeira Data de Integralização;
33. cancelamento do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários, no mínimo categoria B, na CVM;
34. não destinação, pela Companhia, dos recursos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 5.1 acima;
35. desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Companhia, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta da totalidade ou de parte substancial de seus ativos, exceto se tal medida for cancelada, sustada ou, por qualquer forma, suspensa, em qualquer hipótese, dentro dos prazos legais;
36. existência de sentença condenatória em razão da prática de atos, pela Companhia, que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho análogo ao de escravo, ou crime contra o meio ambiente;
37. concessão de preferência/prioridade a outros créditos (i.e., inclusão de novas garantias reais ou fidejussórias, repactuação de cronograma de pagamento ou pagamento antecipado etc.) ou assunção de novas dívidas financeiras pela Companhia, ressalvados os Endividamentos Permitidos;
38. protesto de títulos contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$14.000.000,00 (catorze milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo legal, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o(s) protesto(s) foi(ram) realizado(s) de má-fé por terceiro ou era ilegítimo; (b) o(s) protesto(s) foi(ram) cancelado(s) ou suspenso(s); (c) o(s) protesto(s) foi(ram)pago(s); ou (d) foi(ram) prestada(s) garantia(s) pela Companhia comprovadamente aceita pelo credor ou pelo Poder Judiciário, conforme o caso;
39. questionamento (por meios judiciais, arbitrais ou administrativos), pela Companhia, da validade e exequibilidade de qualquer disposição desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas;
40. a Companhia deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM;
41. rescisão ou distrato do Contrato de Concessão, bem como qualquer aditamento ou qualquer forma de alteração do Contrato de Concessão que possam resultar em um Efeito Adverso Relevante;
42. provarem-se falsas ou enganosas quaisquer declarações prestadas nesta data pela Companhia e/ou pela Acionista nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, conforme aplicável;
43. revelarem-se incorretas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer declarações prestadas pela Companhia e/ou pela Acionista nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas;
44. abandono e/ou paralisação do Projeto ou de qualquer ativo que seja essencial à implementação ou operação do Projeto, de forma total ou parcial, desde que tal abandono e/ou paralisação resulte em Efeito Adverso Relevante;
45. (a) proferimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, em todos os 3 (três) casos, de natureza condenatória ou declaratória para a qual não tenha sido obtido efeito suspensivo no prazo legal, contra a Companhia, que (i) no caso de decisão judicial, administrativa ou arbitral, impeça, ou, no caso de decisão judicial ou arbitral, possa vir comprovadamente a impedir a continuidade e/ou conclusão do Projeto; ou (ii) que possa causar um Efeito Adverso Relevante; ou (b)  proferimento de decisão judicial de 2ª (segunda) instância ou decisão arbitral final, de natureza condenatória ou declaratória, para a qual não tenha sido obtido efeito suspensivo no prazo legal, contra a Companhia que cause um efeito adverso relevante na reputação da Companhia;
46. inadimplemento de qualquer decisão judicial ou administrativa e/ou de qualquer decisão arbitral, de natureza condenatória para a qual não tenha sido obtido efeito suspensivo no prazo legal contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$14.000.000,00 (catorze milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas;
47. alteração ou transferência do Controle, direto ou indireto, da Companhia, exceto:
48. se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou
49. na hipótese de uma Reorganização Intragrupo;
50. não renovação, não obtenção (nos respectivos prazos legais), cancelamento, revogação, ou extinção das aprovações, alvarás, concessões (que não a Concessão), autorizações, registros e licenças, inclusive as ambientais e as concedidas pela ANEEL, necessárias para a atividade da Companhia, incluindo, mas não se limitando aquelas exigidas para construir, operar e manter o Projeto, exceto se (a) dentro do prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar da data da referida não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, extinção ou da data em que a autorização, aprovação, registro ou licença deveria ter sido obtida e, caso a não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação ou extinção da referida autorização, aprovação, registro, licença, concessão ou alvará cause uma paralisação das atividades da Companhia ou do Projeto, a Companhia comprove a existência de provimento administrativo ou jurisdicional autorizando a continuidade de suas atividades até a renovação ou obtenção da referida autorização, concessão, alvará, aprovação, registro ou licença; (b) tais aprovações, alvarás, concessões, autorizações, registros e licenças, inclusive as ambientais e as concedidas pela ANEEL, estejam em fase de renovação junto aos órgãos competentes; ou (c) a não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação ou extinção, conforme o caso, (c.1) estiver sendo contestada de boa-fé pela Companhia por meio de procedimentos judiciais ou administrativos, e, caso a não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação ou extinção da referida autorização, registro, licença, aprovação, concessão ou alvará cause uma paralisação das atividades da Companhia ou do Projeto, desde que a Companhia obtenha provimento jurisdicional autorizando a continuidade das atividades da Companhia e do Projeto e (c.2) não cause um Efeito Adverso Relevante;
51. alteração do objeto social da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, exceto se não resultar em alteração de sua respectiva atividade principal;
52. alienação, venda, cessão, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital (exceto nas hipóteses previstas no item (vi) acima), ou constituição de qualquer Ônus (exceto nas hipóteses previstas no inciso (xxvi) abaixo), ou permissão que qualquer dos atos acima seja realizado, de ativo(s) da Companhia, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico, exceto por ativos sobressalentes e/ou aqueles que tenham sido substituídos no âmbito do Projeto; ou (b) nas hipóteses previstas no Contrato de Concessão, leis ou regulamentos aplicáveis, desde que operações não onerosas e que não afetem a receita da Companhia;
53. constituição de qualquer Ônus sobre ativo(s), bens e direitos da Companhia, exceto (observado que as exceções abaixo não se aplicam a qualquer dos bens objeto da Cessão Fiduciária):
54. se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
55. por Ônus constituídos no âmbito de processos judiciais ou administrativos; ou
56. por Ônus constituídos sobre ativos sobressalentes e/ou aqueles que tenham sido substituídos no âmbito do Projeto;
57. não observância, pela Companhia, por mais de 2 (duas) vezes consecutivas e/ou por mais de 4 (quatro) vezes intercaladas, do ICSD, que deverá ser igual ou superior a 1,20x (um inteiro e vinte centésimos), a ser apurado pela Companhia anualmente, e acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 10.1 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras da Companhia, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2021. O ICSD será calculado anualmente pelo Auditor Independente com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em vigor na Data de Emissão, observado que caso tais práticas sejam alteradas após a Data de Emissão, o ICSD deverá continuar sendo calculado de acordo com as práticas contábeis em vigor na Data de Emissão, desconsiderando as práticas alteradas; ou
58. recebimento de denúncia, pelo juiz, que não tenha sido arquivada em até 40 (quarenta) dias do respectivo recebimento e/ou ciência de eventual condenação relacionada a processo criminal em curso por conta de violação ou alegação de violação, conforme aplicável, de dispositivo legal ou regulatório relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, sob qualquer jurisdição, incluindo a Legislação Anticorrupção, pela Companhia, pela Acionista, pelas controladas da Acionista e pelos respectivos administradores e empregados, bem como representantes com poderes legalmente outorgados, enquanto agindo nessa função.
    * 1. Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 9.1.1 acima, observados os respectivos prazos de cura aplicáveis, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.
      2. Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 9.1.2 acima, observados os respectivos prazos de cura aplicáveis, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Cláusula 11.6 abaixo, convocar, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento de sua ocorrência, Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se a referida assembleia geral de Debenturistas:
59. tiver sido instalada e Debenturistas representando, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das Debêntures em Circulação em 1ª (primeira) convocação ou 2ª (segunda) convocação, decidirem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures;
60. tiver sido instalada, em 1ª (primeira) convocação, mas não tenha sido atingido o quórum de deliberação previsto no inciso (i) acima, o Agente Fiduciário deverá realizar a 2ª (segunda) convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, independentemente da manifestação dos Debenturistas presentes na 1ª (primeira) convocação;
61. tiver sido instalada, em 2ª (segunda) convocação, mas não tenha sido atingido o quórum de deliberação previsto no inciso (i) acima, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; ou
62. não tiver sido instalada após 2ª (segunda) convocação, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
    * 1. Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. Para que o pagamento da totalidade das Debêntures seja realizado por meio da B3, a Companhia deverá comunicar a B3, por meio de correspondência em conjunto com o Agente Fiduciário, sobre o tal pagamento, com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para a sua realização.
      2. Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá notificar o Escriturador, o Agente de Liquidação e a B3 acerca de tal acontecimento na mesma data de sua ocorrência.
      3. Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução de qualquer das Garantias, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou, se possível, quitação do saldo das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução de qualquer das Garantias, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas (incluindo a remuneração e as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário), que não sejam os valores a que se referem os itens (ii) e (iii) abaixo; (ii) Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as obrigações decorrentes das Debêntures; e (iii) saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures. A Companhia permanecerá responsável pelo saldo das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração, Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo das obrigações decorrentes das Debêntures enquanto não forem pagas, sendo considerada dívida líquida e certa, passível de cobrança extrajudicial ou por meio de processo de execução judicial.
63. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA
    1. A Companhia está adicionalmente obrigada a:
64. disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores e fornecer ao Agente Fiduciário, na data em que ocorrer primeiro entre o último dia do prazo estabelecido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis e a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras da Companhia auditadas pelo Auditor Independente, relativas a cada exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM (“**Demonstrações Financeiras da Companhia**”);
65. fornecer ao Agente Fiduciário:
66. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data a que se refere o inciso (i) acima, relatório específico de apuração do ICSD, elaborado pelo Auditor Independente, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstrem o cálculo do ICSD, sob pena de impossibilidade de acompanhamento do ICSD pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Companhia e/ou ao Auditor Independente todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
67. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data a que se refere o inciso (i) acima, declaração firmada por representantes legais da Companhia, na forma de seu estatuto social, atestando (i) a veracidade e ausência de vícios no cálculo do ICSD; (ii) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos das Obrigações Garantidas; e (iii) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas;
68. no prazo de até 20 (vinte) dias antes da data de encerramento do prazo para disponibilização, na página do Agente Fiduciário na rede mundial de computadores, insumos para elaboração do relatório anual do Agente Fiduciário, conforme Resolução CVM 17, demonstrações financeiras, atos societários e organograma do grupo societário da Companhia e demais informações necessárias à realização do relatório que venham a ser justificadamente solicitados, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
69. no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
70. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de ocorrência, informações a respeito da ocorrência de (i) qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas; e/ou (ii) qualquer Evento de Inadimplemento;
71. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência (i) de qualquer evento ou situação que possa causar um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) de qualquer autuação pelas autoridades competentes envolvendo a Companhia em matéria de trabalho infantil e/ou análogo ao escravo, prostituição e/ou crime ambiental; ou (iii) proferimento de decisão judicial de 2ª (segunda) instância ou decisão arbitral final, de natureza condenatória ou declaratória, para a qual não tenha sido obtido efeito suspensivo no prazo legal, contra a Companhia que cause um efeito adverso relevante na reputação da Companhia;
72. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser justificadamente solicitados pelo Agente Fiduciário;
73. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva celebração desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos, cópia eletrônica (formato PDF) do protocolo para inscrição desta Escritura de Emissão ou do respectivo aditamento a esta Escritura de Emissão perante a JUCERJA desde que a JUCERJA esteja realizando protocolos de maneira regular. Caso a JUCERJA não esteja realizando protocolos de maneira regular, a Emissora deverá realizar o protocolo em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que a JUCERJA reestabeleça o funcionamento regular do seu setor de protocolos;
74. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCERJA, cópia eletrônica (formato PDF) desta Escritura de Emissão ou do respectivo aditamento a esta Escritura de Emissão contendo a chancela digital de inscrição na JUCERJA;
75. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo arquivamento na JUCERJA, (i) 1 (uma) via original da respectiva ata de Assembleia Geral de Debenturistas arquivada na JUCERJA; ou (ii) caso aplicável, cópia eletrônica (formato PDF) da respectiva ata de Assembleia Geral de Debenturistas contendo a chancela digital de arquivamento na JUCERJA;
76. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo registro nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos, (i) 1 (uma) via original do Contrato de Cessão Fiduciária; e (ii) 1 (uma) via original do Contrato de Alienação Fiduciária, devidamente registrados;
77. no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de veiculação, cópia eletrônica (formato PDF) do relatório de reavaliação anual da agência classificadora de risco da Emissão, contratada na forma do inciso (xvi) abaixo;
78. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles (a) questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial; ou (ii) cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante, observados, em qualquer caso, os Eventos de Inadimplemento dispostos na Cláusula 9.1.2, itens (xi) e (xx) acima;
79. sem prejuízo do disposto na Cláusula 9.1.2 acima, inciso (xi), observar, cumprir e fazer cumprir por si e pelos respectivos administradores e empregados, bem como pelos representantes com poderes legalmente outorgados, enquanto agindo nessa função, o cumprimento da Legislação Anticorrupção, bem como da legislação relacionada a crimes contra a ordem econômica ou tributária, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o sistema financeiro nacional, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal, nos termos da Lei do Mercado de Capitais, da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, conforme alterada (“**Lei 7.492**”), da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, conforme alterada (“**Lei 8.317**”), da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, conforme alterada (“**Lei 8.429**”), da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme alterada (e outras normas de licitações e contratos da administração pública) (“**Lei 8.666**”), da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada (“**Lei 9.613**”), da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, conforme alterada (“**Lei 12.529**”), devendo (a) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das leis acima; (b) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta; e (c) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; e (d) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário que poderá tomar todas as providências que entender necessárias;
80. notificar o Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência, de que ela ou ainda, os respectivos membros da administração ou empregados, bem como representantes com poderes legalmente outorgados, enquanto agindo nessa função, encontram-se envolvidos em investigação, inquérito, ação, procedimento judicial ou administrativo conduzido por autoridade administrativa ou judicial nacional ou estrangeira relativo à prática de atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o sistema financeiro nacional, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos das Lei do Mercado de Capitais, Lei 7.492, Lei 8. 317, Lei 8.429, Lei 8.666 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública), Lei 9.613, Lei 12.529 e Lei 12.846, devendo: (a) fornecer cópia de eventuais decisões proferidas nos citados procedimentos, bem como informações detalhadas sobre as medidas adotadas em resposta a tais procedimentos, em que ela ou seus membros da administração estejam envolvidos; e (b) apresentar ao Agente Fiduciário, assim que disponível, cópia de quaisquer acordos judiciais ou extrajudiciais, termos de ajustamento de conduta, acordos de leniência ou afins eventualmente celebrados, em que ela ou seus membros da administração estejam envolvidos;
81. cumprir a Legislação Socioambiental e adotar as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício de suas atividades, exceto por aqueles (i) questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou (ii) cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante, observados, em qualquer caso, os Eventos de Inadimplemento dispostos na Cláusula 9.1.2, itens (xi) e (xx) acima;
82. observar, durante o período de vigência das Debêntures, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
83. manter-se em situação regular com relação às suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, à ANEEL, ao MME e ao ONS, durante a vigência das Debêntures, exceto (a) com relação àquelas matérias que estejam sendo discutidas de boa-fé pela Companhia em sede administrativa ou judicial e que cause uma paralisação das atividades da Companhia ou do Projeto, desde que tenha sido obtido provimento jurisdicional concedendo efeito suspensivo em relação à exigibilidade das obrigações discutidas de boa-fé pela Companhia, ou (b) desde que o referido descumprimento não cause um Efeito Adverso Relevante;
84. informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental, trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional, regulatório, ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação ao Projeto ou à Companhia, que imponham ou possam resultar em sanções ou penalidades acima de R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
85. manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas (i) questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou (ii) cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante, observados, em qualquer caso, os Eventos de Inadimplemento dispostos na Cláusula 9.1.2, itens (xi) e (xx) acima;
86. sem prejuízo do disposto na Cláusula 9.1.2, inciso (xxiii), acima, manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, necessárias ao exercício de suas atividades, exceto se (a) estiver sendo contestada de boa-fé pela Companhia por meio de procedimentos judiciais ou administrativos, desde que, caso a ausência de tal licença, concessão, autorização, permissão ou alvará cause uma paralisação das atividades da Companhia ou do Projeto, a Companhia obtenha provimento jurisdicional autorizando a continuidade das atividades da Companhia e do Projeto ou (b) a ausência não cause um Efeito Adverso Relevante;
87. manter seguro adequado para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes de mercado;
88. permitir inspeção do Projeto por parte de representante do Agente Fiduciário, inclusive por terceiros contratados especificamente para este fim, com a aprovação prévia dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observados os procedimentos, custos, escopo de trabalho e os prazos a serem definidos de comum acordo entre a Companhia e os Debenturistas, na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas;
89. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
90. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos das Obrigações Garantidas, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Agente de Liquidação, o Auditor Independente, o ambiente de distribuição no mercado primário (MDA) e o ambiente de negociação no mercado secundário (CETIP21);
91. com relação à classificação de risco (*rating*) da Emissão, (a) atualizar tal classificação de risco anualmente, contado da data do primeiro relatório, até a integral quitação das Debêntures; (b) divulgar ou permitir que a Agência de Classificação de Risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios de tal classificação de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário cópia eletrônica (formato PDF) dos relatórios de tal classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua veiculação; e (d) comunicar, na mesma data, ao Agente Fiduciário qualquer alteração de tal classificação de risco; observado que, caso a Agência de Classificação de Risco contratada cesse suas atividades no Brasil, tenha seu registro ou reconhecimento, perante a CVM, para atuação como Agência de Classificação de Risco, cancelado, ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir tal classificação de risco, a Companhia deverá (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja Standard & Poor's, Fitch Ratings ou Moody's; ou (ii) caso a agência de classificação de risco não esteja entre as indicadas no item (i) acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta;
92. realizar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Companhia;
93. realizar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 11.4 abaixo, inciso (i); e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 11.4 abaixo, inciso (ii);
94. notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;
95. convocar, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da lei e/ou desta Escritura de Emissão, mas não o faça no prazo aplicável;
96. comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitadas; e
97. exclusivamente com relação à Companhia, sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476:
98. preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
99. submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
100. divulgar, até o dia anterior ao início das negociações das Debêntures, as demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais encerrados, (i) em sua página na rede mundial de computadores, mantendo-as disponíveis pelo período de 3 (três) anos; e (ii) em sistema disponibilizado pela B3;
101. divulgar as demonstrações financeiras subsequentes, acompanhadas de notas explicativas e relatório dos auditores independentes, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, (i) em sua página na rede mundial de computadores, mantendo-as disponíveis pelo período de 3 (três) anos; e (ii) em sistema disponibilizado pela B3;
102. observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
103. divulgar a ocorrência de fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358 (i) em sua página na rede mundial de computadores, mantendo-as disponíveis pelo período de 3 (três) anos; e (ii) em sistema disponibilizado pela B3;
104. fornecer as informações solicitadas pela CVM;
105. divulgar em sua página na rede mundial de computadores o relatório anual e demais comunicações enviadas pelo Agente Fiduciário na mesma data do seu recebimento, mantendo-as disponíveis pelo período de 3 (três) anos; e
106. observar as disposições da regulamentação específica editada pela CVM, caso seja convocada, para realização de modo parcial ou exclusivamente digital, assembleia de titulares de Debêntures.
107. AGENTE FIDUCIÁRIO
     1. A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, declarando que:
108. é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
109. está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
110. o(s) representante(s) legal(is) do Agente Fiduciário que assina(m) esta Escritura de Emissão e os demais Documentos das Obrigações Garantidas tem(têm), conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatário(s), tem(têm) os poderes legitimamente outorgados, estando o(s) respectivo(s) mandato(s) em pleno vigor;
111. esta Escritura de Emissão e os demais Documentos das Obrigações Garantidas e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
112. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas (a) não infringem o estatuto social do Agente Fiduciário; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;
113. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos das Obrigações Garantidas;
114. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e os demais Documentos das Obrigações Garantidas e todos os seus termos e condições;
115. verificou a veracidade das informações relativas às Garantias e a consistência das demais informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos das Obrigações Garantidas, com base nas informações prestadas pela Companhia, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu qualquer procedimento de verificação independente ou adicional;
116. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
117. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Resolução CVM 17 e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
118. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 6º da Resolução CVM 17;
119. na data de celebração desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Companhia, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário, agente de notas ou agente de garantias nas emissões identificadas no Anexo III a esta Escritura de Emissão; e
120. assegurará tratamento equitativo a todos os Debenturistas e a todos os titulares de valores mobiliários em que atue ou venha a atuar como agente fiduciário, agente de notas ou agente de garantias, respeitadas as garantias, as obrigações e os direitos específicos atribuídos aos respectivos titulares de valores mobiliários de cada emissão ou série.
     1. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação de todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, ou até sua substituição.
     2. Em caso de substituição, impedimentos, renúncia, destituição, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:
121. os Debenturistas podem substituir o Agente Fiduciário e indicar seu substituto a qualquer tempo após o encerramento da Oferta, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
122. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato à Companhia e aos Debenturistas, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição;
123. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
124. será realizada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que deverá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, podendo ser convocada por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação; na hipótese da convocação não ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia realizá-la; em casos excepcionais, a CVM pode proceder à convocação da Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário ou nomear substituto provisório;
125. a substituição do Agente Fiduciário deverá ser comunicada à CVM no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados da data de inscrição e averbação do aditamento a esta Escritura de Emissão nos termos da Cláusula 3.1 acima, inciso (ii), juntamente com a declaração e as demais informações exigidas no artigo 5º, *caput* e parágrafo 1º, da Resolução CVM 17;
126. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão realizados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
127. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso (iv) acima; ou (b) a Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso (iv) acima não delibere sobre a matéria;
128. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 7.19 acima e 15 abaixo; e
129. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.
     1. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:
130. receberá uma remuneração:
131. de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por ano, devida pela Companhia, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas;
132. adicional, em caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão ou da participação em reuniões ou conferência telefônicas, antes ou depois da Emissão, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) execução das garantias; (iii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Companhia e/ou investidores; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, a ser paga no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário de “relatório de horas” à Companhia. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração (i) das garantias; (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;
133. no caso de celebração de aditamentos aos instrumentos de Emissão, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços;
134. a Remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à Emissão;
135. reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela, pela variação positiva acumulada do IPCA ou do índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário;
136. acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, de (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (iii) atualização monetária pelo IPCA, calculada *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento;
137. em atendimento ao Ofício-Circular CVM/SER nº 01/21, o Agente Fiduciário poderá, às expensas da Companhia, contratar terceiro especializado para avaliar ou reavaliar, o valor das garantias prestadas, conforme o caso, bem como solicitar informações e comprovações que entender necessárias, na forma prevista no referido Ofício; e
138. não haverá devoluções de valores já recebidos pelo Agente Fiduciário a título da prestação de serviços, exceto se o valor tiver sido pago incorretamente;
139. será reembolsado pela Companhia por todas as despesas que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de entrega de cópia dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Companhia, as quais serão consideradas aprovadas caso a Companhia não se manifeste no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:
140. publicação de relatórios, editais de convocação, avisos, notificações e outros, conforme previsto nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos das Obrigações Garantidas, e outras que vierem a ser exigidas pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis;
141. extração de certidões;
142. despesas cartorárias;
143. transporte, viagens, alimentação e estadas, quando necessárias ao desempenho de suas funções nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas;
144. despesas com fotocópias, digitalizações e envio de documentos;
145. despesas com contatos telefônicos e conferências telefônicas;
146. despesas com especialistas, tais como auditoria e fiscalização; e
147. contratação de assessoria jurídica aos Debenturistas;
148. poderá solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, desde que devidamente comprovadas, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como sua remuneração e as despesas a que se referem os incisos (i) e (ii) acima, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência; e
149. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso (iii) acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre esta na ordem de pagamento.
     1. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
150. exercer suas atividades com boa-fé, transparência e lealdade para com os Debenturistas;
151. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
152. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar a imediata convocação da Assembleia Geral de Debenturistas prevista no artigo 7º da Resolução CVM 17 para deliberar sobre sua substituição;
153. conservar em boa guarda toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;
154. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações relativas às Garantias e a consistência das demais informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
155. diligenciar junto à Companhia para que esta Escritura de Emissão e os demais Documentos das Obrigações Garantidas e seus aditamentos sejam inscritos, registrados e/ou averbados, conforme o caso, nos termos da Cláusula 3.1 acima, adotando, no caso da omissão da Companhia, as medidas eventualmente previstas em lei;
156. acompanhar a prestação das informações periódicas pela Companhia e alertar os Debenturistas, no relatório anual de que trata o inciso (xviii) abaixo, sobre inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
157. opinar sobre a suficiência das informações prestadas nas propostas de modificação das condições das Debêntures;
158. verificar a regularidade da constituição das Garantias e do valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas;
159. examinar proposta de substituição dos bens dados em garantia, manifestando sua opinião a respeito do assunto de forma justificada, após aprovação pelos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
160. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, dos cartórios de protesto, das varas da Justiça do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública, do domicílio ou da sede da Companhia;
161. solicitar, quando considerar necessário, auditoria externa da Companhia;
162. convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 12.3 abaixo;
163. comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
164. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Escriturador, o Agente de Liquidação e a B3, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia e os Debenturistas, assim que subscreverem e integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Agente de Liquidação e a B3 a atenderem quaisquer solicitações realizadas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
165. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, inclusive (a) daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; (b) daquelas relativas à obrigação de manutenção da contratação de agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco da Emissão, e à obrigação de dar ampla divulgação da atualização do relatório de tal classificação de risco, nos termos da Cláusula 10.1 acima, inciso (xvi); e (c) daquela relativa à observância do ICSD;
166. comunicar aos Debenturistas qualquer inadimplemento, pela Companhia, de obrigações financeiras assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, incluindo obrigações relativas às Garantias e a cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Companhia, indicando as consequências para os Debenturistas e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados da data da ciência, pelo Agente Fiduciário, do inadimplemento;
167. no prazo de até 4 (quatro) meses contados do término do exercício social da Companhia, divulgar, em sua página na rede mundial de computadores, e enviar à Companhia para divulgação na forma prevista na regulamentação específica, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, descrevendo os fatos relevantes ocorridos durante o exercício relativos às Debêntures, conforme o conteúdo mínimo estabelecido no artigo 15 da Resolução CVM 17;
168. manter o relatório anual a que se refere o inciso (xviii) acima disponível para consulta pública em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo de 3 (três) anos;
169. manter disponível em sua página na rede mundial de computadores lista atualizada das emissões em que exerce a função de agente fiduciário, agente de notas ou agente de garantias;
170. divulgar em sua página na rede mundial de computadores as informações previstas no artigo 16 da Resolução CVM 17 e mantê-las disponíveis para consulta pública em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo de 3 (três) anos; e
171. divulgar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua página na rede mundial de computadores e/ou em sua central de atendimento, em cada Dia Útil, o saldo unitário das Debêntures, calculado pela Companhia em conjunto com o Agente Fiduciário.
     1. No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer medida prevista em lei ou nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 12 da Resolução CVM 17, incluindo:
172. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;
173. observadas as disposições desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, excutir ou executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, aos Debenturistas;
174. requerer a falência da Companhia, se não existirem garantias reais;
175. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
176. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.
     1. O Agente Fiduciário deverá se balizar nas informações auferidas pelo Auditor Independente, que lhe forem disponibilizadas pela Companhia, para acompanhar o atendimento do ICSD.
     2. O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia de elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
     3. O Agente Fiduciário não fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 12 abaixo, obrigando-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 12 abaixo, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei, pela Cláusula 11.5 acima e pelas demais disposições desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas. Nesse sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 12 abaixo, e reproduzidas perante a Companhia.
     4. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Resolução CVM 17, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido das disposições legais e regulamentares aplicáveis, desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas.
177. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS
     1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“**Assembleia Geral de Debenturistas**”).
     2. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.
     3. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 7.19 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas, conforme o caso.
     4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas, (i) em 1ª (primeira) convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias corridos; e (ii) em 2ª (segunda) convocação, somente poderá ser convocada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos.
     5. As Assembleias Gerais de Debenturistas, instalar-se-ão, em 1ª (primeira) convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, e, em 2ª (segunda) convocação, com qualquer quórum.
     6. A presidência das Assembleias Gerais de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito por estes próprios ou àquele que for designado pela CVM.
     7. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto na Cláusula 12.1 acima (e subcláusulas), e exceto pelo disposto na Cláusula 12.7.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das Debêntures em Circulação em 1ª (primeira) convocação ou em 2ª (segunda) convocação, inclusive com relação (i) à renúncia ou perdão temporário de qualquer Evento de Inadimplemento; ou (ii) a alterações nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não apresentem outro quórum específico.
        1. Não estão incluídos no quórum a que se refere a Cláusula 12.7 acima:
178. os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
179. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocações, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de qualquer dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração e/ou as disposições a ela relativas constantes desta Escritura de Emissão; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vencimento das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) de qualquer das Garantias; (h) da criação de evento de repactuação; (i) das disposições relativas a Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures; (j) das disposições relativas a amortizações extraordinárias facultativas; (k) das disposições relativas à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; (l) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; ou (m) da alteração de qualquer Evento de Inadimplemento.
     1. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, serão válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão todos os Debenturistas, independentemente de seu comparecimento ou voto na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.
     2. Fica desde já dispensada a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre (i) correção de erro material, grosseiro, de digitação ou aritmético; (ii) alterações a esta Escritura de Emissão e/ou a qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas já expressamente permitidas nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos demais Documentos das Obrigações Garantidas; (iii) alterações a esta Escritura de Emissão e/ou a qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas em decorrência de exigências formuladas pela CVM, pela B3 ou pela ANBIMA; ou (iv) alterações a esta Escritura de Emissão e/ou a qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas em decorrência da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que as alterações ou correções referidas nos itens (i), (ii), (iii) e (iv) acima não possam acarretar qualquer prejuízo aos Debenturistas e/ou à Companhia ou qualquer alteração no fluxo das Debêntures, e desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.
     3. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
     4. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Companhia nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Companhia, enquanto nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Companhia será facultativa, a não ser quando solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.
     5. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.
     6. Sem prejuízo das demais disposições desta Escritura de Emissão, as Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser realizadas de forma exclusiva ou parcialmente digital, observadas as disposições da Instrução da CVM n.º 625, de 14 de maio de 2020.
180. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA
     1. A Companhia, neste ato, na Data de Emissão e em cada Data de Integralização, declara que:
181. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, com registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM;
182. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas e, conforme o caso, à realização da Emissão e da Oferta, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
183. os representantes legais da Companhia que assinam esta Escritura de Emissão e os demais Documentos das Obrigações Garantidas têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Companhia, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
184. esta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Companhia, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
185. exceto pelo disposto na Cláusula 3 acima, nenhuma aprovação, autorização, consentimento, ordem, registro ou habilitação de ou perante qualquer instância judicial, órgão ou agência governamental ou órgão regulatório se faz necessário à celebração e ao cumprimento desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e, conforme o caso, à realização da Emissão e da Oferta;
186. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e, conforme o caso, a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o estatuto social da Companhia; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo da Companhia (exceto pelas Garantias); (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Companhia e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia e/ou qualquer de seus ativos;
187. estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;
188. têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração do IPCA, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia, em observância ao princípio da boa-fé;
189. as informações prestadas por ocasião da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
190. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos potenciais Investidores Profissionais, incluindo o “Sumário de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Segunda Emissão de Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.”, são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
191. as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Companhia naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
192. desde a data das mais recentes Demonstrações Financeiras da Companhia, não houve qualquer (a) Efeito Adverso Relevante; (b) operação relevante realizada pela Companhia; (c) obrigação relevante, direta ou contingente, incorrida pela Companhia; ou (d) alteração no capital social ou aumento no endividamento da Companhia;
193. estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles (i) questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou (ii) cujo descumprimento não possa causar Efeito Adverso Relevante nem um efeito adverso relevante na reputação da Companhia;
194. estão cumprindo a Legislação Socioambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício de suas atividades;
195. estão em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas (i) questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou (ii) cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante nem um efeito adverso relevante na reputação da Companhia;
196. possuem válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, necessárias ao exercício de suas atividades à época da respectiva declaração, exceto por aquelas que estejam em processo tempestivo de renovação e cuja ausência não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
197. cumprem e fazem cumprir os respectivos administradores e empregados, bem como representantes com poderes legalmente outorgados, enquanto agindo nessa função, a Legislação Anticorrupção, bem como (a) mantêm políticas e procedimentos internos objetivando a divulgação e o integral cumprimento da Legislação Anticorrupção; (b) dão pleno conhecimento da Legislação Anticorrupção a todos os profissionais com quem venham a se relacionar, previamente ao início de sua atuação; (c) não violaram, os respectivos administradores e empregados, bem como representantes com poderes legalmente outorgados, enquanto agindo nessa função, as Leis Anticorrupção; e (d) comunicarão os Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 7.19 acima ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário) e o Agente Fiduciário caso tenham conhecimento de qualquer ato ou fato relacionado ao disposto neste inciso que viole a Legislação Anticorrupção;
198. inexiste (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa causar um Efeito Adverso Relevante nem um efeito adverso relevante na reputação da Companhia; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão e/ou qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas; e
199. inexiste qualquer situação de conflito de interesses que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.
     1. A Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, se obriga a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos diretos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 13.1 acima.
     2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 13.2 acima, a Companhia obriga-se a notificar, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data em que tomar conhecimento, os Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 7.19 acima, ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário) e o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 13.1 acima tenha sido falsa e/ou incorreta à época em que foi prestada.
200. DESPESAS
     1. Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Emissão e a Oferta e com a estruturação, emissão, registro, depósito e execução das Debêntures e das Garantias, conforme o caso, incluindo publicações, inscrições, registros, depósitos, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Agente de Liquidação, do Auditor Independente, da(s) agência(s) de classificação de risco e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures ou às Garantias.
201. COMUNICAÇÕES
     1. Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo, e serão consideradas recebidas (i) no caso das comunicações em geral, na data de sua entrega, sob protocolo ou mediante “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; e (ii) no caso das comunicações realizadas por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.
202. para a Companhia:

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.  
Rua do Passeio, 38, sala 1201, setor 2  
20021-290 Rio de Janeiro, RJ   
At.: Sr. Marcus Balata  
Telefone: (21) 3961-9400  
Correio Eletrônico: Marcus.Balata@celeogroup.com

1. para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.  
Avenida das Américas 3434, bloco 7, sala 201  
22640-102 Rio de Janeiro, RJ  
At.: Sra. Maria Carolina Abrantes  
Telefone: (21) 3514-0000  
Correio Eletrônico: ger2.agente@oliveiratrust.com.br

1. DISPOSIÇÕES GERAIS
   1. As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
   2. Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as Partes.
   3. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as Partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
   4. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
   5. As Partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784, incisos I, III e V, do Código de Processo Civil.
   6. Para os fins desta Escritura de Emissão, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 815 e seguintes, 497 e seguintes, 538 e dos demais artigos sobre as diversas espécies de execução (artigo 797 e seguintes), todos do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.
2. LEI DE REGÊNCIA
   1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.
3. FORO
   1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão eletronicamente, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2021.

*(As assinaturas seguem nas páginas seguintes.)*

*(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)*

*(Página de Assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A., celebrado entre Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A., Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Celeo Redes Expansões S.A.)*

**CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Cargo: |  | Nome: Cargo: |

*(Página de Assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A., celebrado entre Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A., Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Celeo Redes Expansões S.A.)*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Cargo: |  | Nome: Cargo: |

*(Página de Assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A., celebrado entre Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A., Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Celeo Redes Expansões S.A.)*

Testemunhas:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Id.: CPF: |  | Nome: Id.: CPF: |

ANEXO I

**CONTRATOS DO PROJETO**

1. Contrato de Concessão nº 84/2002-ANEEL celebrado em 20 de dezembro de 2002 entre a Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. e a União.
2. Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 84/2002-ANEEL de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica celebrado em 28 de julho de 2004 entre Cachoeira Paulista Transmissora de Energia Ltda. e a União.
3. Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 84/2002-ANEEL de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica celebrado em 01 de julho de 2008 entre Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. e a União.
4. Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão n.º 84/2002-ANEEL de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica celebrado em 12 de dezembro de 2011 entre Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. e a União.
5. Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão n.º 84/2002-ANEEL de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica celebrado em 17 de abril de 2019 entre Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. e a União.
6. Contrato de Compartilhamento de Instalações CCI n.º 14.482 FURNAS/CPTE celebrado em 19 de maio de 2003 entre Cachoeira Paulista Transmissora de Energia Ltda. e Furnas Centrais Elétricas S.A., com interveniência do Operador Nacional do Sistema Elétrico.
7. Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Compartilhamento de Instalações CCI n.º 14.482 FURNAS/CPTE celebrado em 02 de junho de 2004 entre Cachoeira Paulista Transmissora de Energia Ltda. e Furnas Centrais Elétricas S.A., com interveniência do Operador Nacional do Sistema Elétrico.
8. Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Compartilhamento de Instalações CCI n.º 14.482 FURNAS/CPTE celebrado em 15 de setembro de 2004 entre Cachoeira Paulista Transmissora de Energia Ltda. e Furnas Centrais Elétricas S.A., com interveniência do Operador Nacional do Sistema Elétrico.
9. Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST n.º 008/2003 celebrado em 15 de janeiro de 2003 entre Cachoeira Paulista Transmissora de Energia Ltda. e Operador Nacional do Sistema Elétrico.
10. Contrato de Compartilhamento de Instalações – CCI CPTE/TE ITAPURA n.º 001/2019 celebrado em 05 de junho de 2019 entre Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. e a Interligação Elétrica Itapura S.A., com interveniência do Operador Nacional do Sistema Elétrico.

**ANEXO II**

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Celebram este “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.” (“**Primeiro Aditamento**”):

1. como emissora e ofertante das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão ((conforme definido abaixo)):
2. **CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, com registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM (conforme definido abaixo) sob o n.º 22683, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, n.º 38, sala 1.201, setor 2, Centro, CEP 20.021-290, inscrita no CNPJ/ME (conforme definido abaixo) sob n.º 05.336.882/0001-84, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA (conforme definido abaixo) sob o NIRE 333002737-78, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“**Companhia**”); e
3. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos Debenturistas (conforme definido abaixo):
4. **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 3.434, bloco 7, 2º andar, sala 201, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 36.113.876/0001‑91, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“**Agente Fiduciário**”).

as pessoas acima qualificadas, em conjunto, “**Partes**”, quando referidas coletivamente, e “**Parte**”, quando referidas individualmente;

**CONSIDERANDO QUE:**

1. as Partes celebraram a Escritura de Emissão;
2. conforme previsto na Escritura de Emissão, foi realizado o Procedimento de *Bookbuilding*, no qual foi definida a Remuneração; e
3. as Debêntures ainda não foram subscritas e integralizadas, de modo que não se faz necessária a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para aprovar as matérias objeto deste Primeiro Aditamento;

**RESOLVEM** as Partes por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente Primeiro Aditamento nos seguintes termos e condições:

1. DEFINIÇÕES
   1. São considerados termos definidos, para os fins desta Escritura de Emissão, no singular ou no plural, os termos a seguir, sendo que termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste Primeiro Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.”, celebrado entre as Partes em 06 de julho de 2021 (“**Escritura de Emissão**”).
2. ALTERAÇÕES
   1. A Cláusula 1.1 da Escritura de Emissão é ajustada para (i) refletir os ajustes nos termos definidos ao longo deste Primeiro Aditamento; e (ii) incluir as seguintes definições:

“Escritura de Emissão Original” significa o “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.”, celebrado em 06 de julho de 2021, entre a Companhia, a Acionista e o Agente Fiduciário.”

“Primeiro Aditamento” significa o “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.”, celebrado em [●] de [●] de 2021, entre a Companhia, a Acionista e o Agente Fiduciário.”

* 1. O inciso II da Cláusula 3.1 da Escritura de Emissão passarão a vigorar com a seguinte redação:

“II. *inscrição e registro desta Escritura de Emissão e seus aditamentos*. Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Escritura de Emissão Original foi inscrita na JUCERJA em [●], sob o n.º [●], e o Primeiro Aditamento e os demais aditamentos a esta Escritura de Emissão serão inscritos na JUCERJA, observado o disposto na Cláusula 10.1 abaixo, inciso II, nas alíneas (h) e (i), sendo certo que o Agente Fiduciário poderá, nos termos do artigo 62, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, promover os protocolos acima previstos, devendo a Emissora arcar com todos os respectivos custos e despesas dos respectivos registros.

* 1. A Cláusula 6.6 da Escritura de Emissão passa a vigorar com a seguinte redação:

“**6.2** *Coleta de Intenções de Investimento*. Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelo Coordenador Líder, sem recebimento de reservas dos Investidores Profissionais, sem lotes mínimos ou máximos, para a verificação da demanda pelas Debêntures, em diferentes níveis de taxas de juros, para definir, junto à Companhia, observado o disposto no artigo 3º da Instrução CVM 476, a Remuneração, na qual foi definida nos termos da Cláusula 7.11 abaixo (“**Procedimento de *Bookbuilding***”).

* 1. A Cláusula 6.6.1 da Escritura de Emissão é excluída.
  2. A Cláusula 7.11 da Escritura de Emissão passará a vigorar com a seguinte redação:

“**7.11.** *Remuneração*. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias de DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “*over extra grupo*”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 (“**Taxa DI-Over**”), acrescida de *spread* (sobretaxa) de [●]% ([●] por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“**Remuneração**”).

**7.11.1.** A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures), desde a Data de Primeira Integralização das Debêntures ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data de pagamento da Remuneração em questão, data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme abaixo definido) ou na data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido). A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

J = VNe x (FatorJuros - 1)

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida ao final do Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

Fator de Juros = (FatorDI x FatorSpread)

onde:

FatorDI = produtório da Taxa DI-Over, com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



onde:

nDI= número total de Taxas DI-Over, consideradas na atualização do ativo, sendo “nDI” um número inteiro;

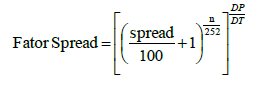
TDIk = Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:



onde:

DIk = Taxa DI-Over, divulgada pela B3, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



onde:

spread = [●];

n = o número de dias úteis entre a data do próximo Período de Capitalização e a data do Período de Capitalização anterior, sendo “n” um número inteiro;

DT = número de dias úteis entre a último e o próximo Período de Capitalização, sendo “DT” um número inteiro;

DP = número de dias úteis entre o Período de Capitalização e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

**7.11.2.** Efetua-se o produtório dos fatores diários (1+TDIk), sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

**7.11.3.** Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

**7.11.4.** O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

**7.11.5.** A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

**7.11.6.** Observado o disposto na Cláusula abaixo, se, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures, não houver divulgação da Taxa DI-Over, será aplicada a última Taxa DI-Over disponível até o momento para cálculo da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações, multas ou penalidades, entre a Companhia e o titular das Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over que seria aplicável.

**7.11.7.** Caso a Taxa DI-Over deixe de ser divulgada por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI-Over para cálculo da Remuneração, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do final do prazo de 30 (trinta) dias acima mencionado ou do evento de extinção ou inaplicabilidade, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, conforme definidos na Cláusula 12 abaixo, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Companhia, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar, da melhor forma possível, o valor real e os mesmos níveis de Remuneração. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Companhia e os Debenturistas representando, no mínimo, a 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação em 1ª (primeira) ou 2ª (segunda) convocação, a Companhia deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em prazo superior que venha a ser definido em comum acordo em referida assembleia, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Primeira Data de Integralização. As Debêntures resgatadas nos termos deste item serão canceladas pela Companhia. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem resgatadas, para cada dia do período de ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente.

**7.11.8.** O período de capitalização da remuneração (“**Período de Capitalização**”) é, para o 1º (primeiro) Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Primeira Data de Integralização (inclusive), e termina na 1ª (primeira data de pagamento da Remuneração (exclusive) e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, e termina na data de pagamento da Remuneração subsequente (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento, o resgate da totalidade das Debêntures ou o vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso.”

1. REQUISITOS
   1. Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, este Primeiro Aditamento deverá ser inscrito na JUCERJA, devendo a Companhia, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua celebração, apresentar ao Agente Fiduciário cópia eletrônica (formato PDF) do protocolo para inscrição deste Primeiro Aditamento perante a JUCERJA, nos termos da Cláusula 10.1(ii)(h) da Escritura de Emissão.
2. DECLARAÇÕES DAS PARTES
   1. As Partes ratificam e renovam, neste ato, todas as respectivas declarações prestadas na Escritura de Emissão, incluindo na Cláusula 11.1 e 13.1.
3. RATIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO
   1. Todos os demais termos e condições da Escritura de Emissão que não tiverem sido alterados por este Primeiro Aditamento permanecem válidos e em pleno vigor, sendo transcrita no Anexo I a este Primeiro Aditamento a versão consolidada da Escritura de Emissão, refletindo as alterações objeto deste Primeiro Aditamento.
4. DISPOSIÇÕES GERAIS
   1. Os documentos anexos a este Primeiro Aditamento constituem parte integrante e complementar deste Primeiro Aditamento.
   2. As obrigações assumidas neste Primeiro Aditamento têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
   3. Qualquer alteração a este Primeiro Aditamento somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as Partes.
   4. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas deste Primeiro Aditamento não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas.
   5. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
   6. As Partes reconhecem este Primeiro Aditamento e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784, incisos I, III e V, do Código de Processo Civil.
   7. Para os fins deste Primeiro Aditamento, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 815 e seguintes, 497 e seguintes, 538 e dos demais artigos sobre as diversas espécies de execução (artigo 797 e seguintes), todos do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.
5. LEI DE REGÊNCIA
   1. Este Primeiro Aditamento é regido pelas leis da República Federativa do Brasil.
6. FORO
   1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas deste Primeiro Aditamento.

Estando assim certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam este Primeiro Aditamento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, [●] de [●] de 2021.

*(As assinaturas seguem nas páginas seguintes.)*

*(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)*

*(Inserir páginas de assinaturas e Anexo I com a consolidação da Escritura de Emissão.)*

ANEXO III

DECLARAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO ACERCA DA EXISTÊNCIA DE OUTRAS EMISSÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS, PÚBLICOS OU PRIVADOS, FEITAS PELA COMPANHIA, POR SOCIEDADE COLIGADA, CONTROLADA, CONTROLADORA OU INTEGRANTE DO MESMO GRUPO DA COMPANHIA EM QUE TENHA ATUADO COMO AGENTE FIDUCIÁRIO NO PERÍODO.

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora:** BRILHANTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 1 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 200.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 200.000 |
| **Espécie:** REAL | |
| **Data de Vencimento:** 26/06/2022 | |
| **Taxa de Juros:** 100% do CDI + 2,55% a.a. na base 252 no período de 02/07/2020 até 26/06/2022. | |
| **Atualização Monetária:** Não há. | |
| **Status:** ATIVA | |
| **Inadimplementos no período:** Documentos Pendentes: 01 (uma) via original da AF de Ações, registrado no RTD-RJ; 01 (uma) via do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes e Direitos Creditórios, registrado no RTD-RJ; Comprovação da inclusão nos documentos de cobrança da Receita Anual Permitida, referente ao projeto objeto do Ctt. de Concessão, conforme cláusula 3.1 (f) do Contrato de CF de Direitos Emergentes; ( ) 01 (uma) via original do Contrato de Cessão Fiduciária de Dividendos, registrado no RTD-RJ; | |
| **Garantias:** Com as seguintes garantias: (I) alienações fiduciárias de 100% das ações de emissão da Emissora e 100% das ações de emissão da Brilhante II; e (II) cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Emissora, decorrentes (a) do Contrato de Concessão Nº 008/2009 - ANEEL, (b) da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, prevista no Contrato de Concessão, (c) da Conta Centralizadora, (d) dos Créditos Bancários Emissora e (e) Rendimentos da Conta Centralizadora; (III) cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade das Acionistas decorrentes (a) das Contas Dividendos Brilhante II, (b) dos Créditos Bancários das Acionistas, (c) do Rendimento das Contas Dividendos Brilhante II e (d) dos Investimentos Permitidos Cedidos das Acionistas. | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora:** CANTAREIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 1 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 100.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 100.000 |
| **Espécie:** REAL | |
| **Data de Vencimento:** 15/08/2032 | |
| **Taxa de Juros:** IPCA + 6,9094% a.a. na base 252 no período de 15/12/2017 até 15/08/2032. | |
| **Atualização Monetária:** IPCA no periodo de 09/01/2018 até 15/08/2032. | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Observações:** Em julho de 2020, a Emissora apresentou a documentação para a comprovação do Completion Financeiro. | |
| **Garantias:** As Debêntures contam com as seguintes garantias reais: (i) penhor, pela Celeo e pela Copel GET, da totalidade das ações atuais e futuramente detidas, de emissão da Emissora de titularidade da Celeo e da Copel GET, bem como quaisquer outras ações representativas do capital social da Emissora, que venham a ser subscritas, integralizadas, recebidas, conferidas, compradas ou de outra forma adquiridas pelas mesmas, até o pagamento integral das obrigações estabelecidas na presente Escritura de Emissão e no Contrato de Financiamento BNDES. (ii) cessão fiduciária, pela Emissora, da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da Emissora emergentes do Contrato de Concessão 019/2014-ANEEL, celebrado em 05 de setembro de 2014, entre a União, representada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e a Emissora, e seus posteriores aditivos, provenientes do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 019/2014, firmado entre a Emissora e o Operador Nacional do Sistema Elétrico ? ONS, em 05 de novembro de 2014, e seus posteriores aditivos e provenientes dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão, celebrados entre o ONS e as concessionárias de transmissão e as usuárias do sistema de transmissão, compreendendo, mas não se limitando: (a) ao direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Emissora, incluído o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão; (b) aos direitos creditórios da Emissora, provenientes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, previstos no Contrato de Concessão, no CPST e nos CUSTs, inclusive a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão; (c) os direitos creditórios de conta centralizadora na qual serão depositados todos os recursos provenientes dos direitos cedidos previstos neste item (ii) e de conta reserva que será constituída para pagamento das prestações de amortização do principal e dos acessórios da dívida decorrente do Contrato de Financiamento BNDES e desta Escritura de Emissão, no caso de insuficiência de recursos na Conta Centralizadora; e (d) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da Emissora que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão, do CPST e dos CUSTs, ou decorrentes, a qualquer título, da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Emissora. Consubstanciada por garantia adicional fidejussória, por intermédio de fiança, prestada pela Celeo Redes Brasil S.A. e Companhia Paranaense de Energia - Copel. | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora:** SERRA DE IBIAPABA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 1 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 116.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 116.000 |
| **Espécie:** FIDEJUSSÓRIA | |
| **Data de Vencimento:** 15/11/2040 | |
| **Taxa de Juros:** IPCA + 5,9% a.a. na base 252 no período de 11/12/2020 até 15/11/2040. | |
| **Atualização Monetária:** IPCA no periodo de 11/12/2020 até 15/11/2040. | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Garantias:** Fiança outorgada pela Celeo Redes Brasil S.A. | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora:** CELEO REDES TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 1 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 565.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 565.000 |
| **Espécie:** REAL | |
| **Data de Vencimento:** 15/11/2023 | |
| **Taxa de Juros:** 100% do CDI + 0,75% a.a. na base 252 no período de 15/11/2018 até 15/11/2023. | |
| **Atualização Monetária:** Não há. | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Garantias:** Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas a referida Emissão de Debêntures conta com as seguintes garantias: (i) Alienação Fiduciária de Ações Ordinárias representando a totalidade do capital social das Concessionárias, detidas na Data de Emissão pela Emissora; (ii) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos pela Emissora contra o Banco Citibank S.A. ("Banco Depositário"), como resultado dos valores depositados (1) na conta corrente nº 86083198, agência nº 001, no Banco Depositário ("Conta Reserva do Serviço da Dívida") e (2) na conta corrente nº 86083201, agência nº 001, no Banco Depositário ("Conta Reserva de Despesas O&M", e em conjunto com a Conta Reserva do Serviço da Dívida, as "Contas Reserva"). | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora:** PARINTINS AMAZONAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 1 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 220.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 220.000 |
| **Espécie:** QUIROGRAFÁRIA | |
| **Data de Vencimento:** 15/04/2046 | |
| **Taxa de Juros:** IPCA + 5,6904% a.a. na base 252 no período de 30/04/2021 até 15/04/2046. | |
| **Atualização Monetária:** IPCA no período de 30/04/2021 até 15/04/2046. | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Garantias:** Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas a referida Emissão de Debêntures conta com a fiança da Celeo Redes Brasil S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, 38, sala 1201, setor 2, inscrita no CNPJ sob o nº 04.718.109/0001‑10, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCERJA sob o NIRE nº 33.30028393-5). | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora:** CELEO REDES EXPANSÕES S.A. | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 1 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 137.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 137.000 |
| **Espécie:** QUIROGRAFÁRIA | |
| **Data de Vencimento:** 12/09/2021 | |
| **Taxa de Juros:** CDI+ 0,95% a.a. na base 252. | |
| **Atualização Monetária:** Não há. | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Garantias:** Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas a referida Emissão de Debêntures conta com a fiança da Celeo Redes Brasil S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, 38, sala 1201, setor 2, inscrita no CNPJ sob o nº 04.718.109/0001‑10, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCERJA sob o NIRE nº 33.30028393-5). | |